

Políticas públicas para o enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde: desafios da Atenção Primária

Public policies for combating HIV in the Unified Health System: challenges of primary health care

Políticas públicas para el enfrentamiento del VIH en el Sistema Único de Salud: desafíos de la Atención Primaria de Salud

DOI: 10.54901/educa.v9-503

Paloma de Carvalho Freitas¹

Rafael Mesquita Guedes²

Eliene Sousa da Silva³

Marcelo dos Santos Feitosa⁴

Leandro Fagundes Fonseca⁵

Gilson Pequeno da Silva⁶

Álvaro Medeiros de Melo Lima⁷

Anderson Fernandes Silva Araujo⁸

Mônica Belo Cavalcanti Ribeiro⁹

Victor Dias Girão Rocha¹⁰

Fabio José Bianchi¹¹

Arlete Magalhães Chaves¹²

Antonio da Silva Ribeiro¹³

Gabriela Braga Novais¹⁴

¹ Especialista em Medicina de Família e Comunidade, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: palomacarvalhofreitas@gmail.com

² Mestrando em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: rafaelmesquitaguedes@gmail.com

³ Mestranda em Enfermagem, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belem, Pará, Brasil. E-mail: elienetbeg@gmail.com

⁴ Mestre em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, São Paulo, Brasil. E-mail: marcelofeitosa.santos@gmail.com

⁵ Mestrando em Microbiologia, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leanfagundes@yahoo.com.br

⁶ Doutor em Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gilsonpequeno@hotmail.com

⁷ Graduando em Medicina, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: alvaro.limamedeiros@gmail.com

⁸ Graduando em Medicina, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: fernandes.afsa@gmail.com

⁹ Graduando em Medicina, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: alvaro.limamedeiros@gmail.com

¹⁰ Graduando em Medicina, Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, Taubaté, São Paulo, Brasil. E-mail: Victordgira@gmail.com

¹¹ Bacharel em Odontologia, Centro Universitário Inga (UNINGA), Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: fabiojbianchi@yahoo.com.br

¹² Bacharela em Enfermagem, Centro Universitário UNINOVAFAP (UNINOVAFAP), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: arletmagal@hotmail.com

¹³ Doutor em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: euasr@yahoo.com.br

¹⁴ Bacharela em Medicina, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. E-mail: gabibraganovais@gmail.com

RESUMO: O HIV permanece como um importante problema de saúde pública, demandando políticas públicas que assegurem ações de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para a Atenção Primária à Saúde (APS). Este estudo teve como objetivo descrever as políticas públicas para o enfrentamento do HIV no SUS, enfatizando os desafios da APS. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases LILACS, MEDLINE/BVS e SciELO. Utilizaram-se os descritores DeCS/MeSH: “HIV”, “Atenção Primária à Saúde”, “Sistema Único de Saúde” e “Políticas Públicas”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2024, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol, sendo excluídos estudos duplicados e aqueles que não abordavam diretamente a temática. Os estudos evidenciaram avanços na ampliação da testagem, da terapia antirretroviral e das estratégias de prevenção combinada. Entretanto, persistem desafios relacionados ao acesso aos serviços de saúde, à qualificação das equipes, à integração da rede assistencial e ao estigma associado ao HIV. Observou-se que a APS desempenha papel essencial na coordenação do cuidado, favorecendo o acompanhamento longitudinal e a ampliação do acesso às ações de prevenção e tratamento, embora limitações estruturais e organizacionais ainda comprometam a efetividade das políticas públicas. Conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária, aliado à qualificação profissional, ao aperfeiçoamento da gestão e à ampliação das estratégias preventivas, é fundamental para fortalecer o enfrentamento do HIV no âmbito do SUS.

Palavras-chave: atenção primária à saúde; HIV; políticas públicas; Sistema Único de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) permanece como um importante desafio para a saúde pública mundial, apesar dos avanços científicos relacionados ao diagnóstico, ao tratamento e à prevenção. No Brasil, a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da infecção tem contribuído para a redução da morbimortalidade e para a ampliação do acesso aos serviços de saúde, consolidando o Sistema Único de Saúde (SUS) como referência na oferta de assistência integral às pessoas que vivem com HIV (Damião *et al.*, 2022).

Desde a criação da Política Nacional de IST/HIV/AIDS, o SUS tem desenvolvido estratégias fundamentadas nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, garantindo acesso gratuito aos testes diagnósticos, à terapia antirretroviral e às ações de prevenção combinada. Essas iniciativas possibilitaram importantes avanços no controle da

¹⁵ Mestre em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: fabianaandreaia_@hotmail.com

epidemia, tornando o Brasil um dos países reconhecidos internacionalmente pela oferta universal do tratamento antirretroviral (Stefanelo *et al.*, 2023).

Entretanto, embora os indicadores assistenciais tenham apresentado melhorias ao longo das últimas décadas, a epidemia do HIV ainda evidencia desigualdades sociais, econômicas e territoriais que dificultam o acesso oportuno aos serviços de saúde. Populações em situação de vulnerabilidade social, pessoas privadas de liberdade, trabalhadores do sexo, homens que fazem sexo com homens, pessoas trans e usuários de drogas enfrentam barreiras que comprometem tanto a prevenção quanto a continuidade do cuidado (Campos *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) ocupa posição estratégica na organização da Rede de Atenção à Saúde, sendo responsável pelo primeiro contato da população com o sistema de saúde e pelo acompanhamento longitudinal dos usuários. Sua atuação envolve ações de promoção da saúde, prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, diagnóstico precoce, aconselhamento, acompanhamento clínico e encaminhamento para serviços especializados quando necessário (Melo *et al.*, 2025).

A descentralização do cuidado às pessoas vivendo com HIV para a Atenção Primária representa uma importante estratégia para ampliar o acesso, reduzir desigualdades regionais e fortalecer a continuidade da assistência. Além disso, essa reorganização contribui para aproximar o cuidado da comunidade, favorecendo a adesão ao tratamento, o monitoramento contínuo e a construção de vínculos entre profissionais de saúde e usuários (Ribeiro; Marques, 2024).

Apesar dessas potencialidades, a efetivação das políticas públicas na Atenção Primária enfrenta diversos desafios relacionados à infraestrutura dos serviços, à disponibilidade de insumos, à capacitação permanente das equipes multiprofissionais e à integração entre os diferentes níveis de atenção. Essas limitações podem comprometer a qualidade do atendimento e dificultar a implementação das diretrizes preconizadas pelo Ministério da Saúde (Melo *et al.*, 2021).

Outro aspecto relevante refere-se ao estigma e à discriminação ainda associados ao HIV, fatores que influenciam negativamente a busca pelo diagnóstico, a revelação da sorologia e a adesão ao tratamento. Na Atenção Primária, esses elementos podem ser agravados pela proximidade entre profissionais e comunidade, gerando receio quanto à preservação do sigilo e da confidencialidade das informações dos usuários (Maia *et al.*, 2025).

Além das questões estruturais e sociais, o fortalecimento das ações de prevenção exige a incorporação de estratégias contemporâneas, como a prevenção combinada, que integra medidas biomédicas, comportamentais e estruturais. A ampliação da oferta de testes rápidos,

da profilaxia pré-exposição (PrEP), da profilaxia pós-exposição (PEP) e das ações educativas constitui um componente essencial para reduzir a transmissão do HIV e promover o cuidado integral na Atenção Primária (Freitas *et al.*, 2025).

Nesse cenário, torna-se indispensável avaliar continuamente a implementação das políticas públicas voltadas ao enfrentamento do HIV no âmbito do SUS, identificando avanços, limitações e oportunidades de aperfeiçoamento. A análise crítica dessas políticas contribui para subsidiar a tomada de decisões, fortalecer a gestão em saúde e aprimorar a organização dos serviços, favorecendo respostas mais eficazes às demandas da população (Freitas *et al.*, 2025).

Este estudo justifica-se pela importância de analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde, com ênfase nos desafios da Atenção Primária à Saúde. Apesar dos avanços no diagnóstico, prevenção e tratamento, ainda persistem dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços, à adesão terapêutica e ao estigma, tornando necessária a discussão de estratégias que fortaleçam a assistência integral e qualifiquem o cuidado às pessoas vivendo com HIV.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo discutir as políticas públicas destinadas ao enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde, enfatizando os desafios enfrentados pela Atenção Primária na prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas vivendo com HIV. Busca-se, ainda, evidenciar a importância do fortalecimento das estratégias de cuidado integral para a consolidação de uma assistência acessível, resolutiva e baseada nos princípios do SUS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas para o Enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde

As políticas públicas para o enfrentamento do HIV no Brasil foram fortalecidas com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que assegurou o acesso universal e gratuito às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento. A resposta brasileira à epidemia tornou-se referência internacional pela oferta gratuita da terapia antirretroviral, pela ampliação da testagem e pela adoção da prevenção combinada, contemplando medidas biomédicas, comportamentais e estruturais para reduzir a transmissão do vírus (Santos *et al.*, 2026).

Além da assistência clínica, essas políticas buscam promover a integralidade do cuidado por meio da vigilância epidemiológica, educação em saúde, distribuição de insumos preventivos e implementação de estratégias direcionadas às populações mais vulneráveis. Nos

últimos anos, novas diretrizes nacionais reforçaram o compromisso do país com a eliminação do HIV como problema de saúde pública até 2030, ampliando o foco na prevenção, no diagnóstico precoce e na continuidade do tratamento (Rocha *et al.*, 2023).

Apesar dos avanços alcançados, ainda persistem desafios relacionados às desigualdades regionais, ao diagnóstico tardio, à adesão ao tratamento e ao estigma social. Nesse contexto, o fortalecimento das políticas públicas depende da integração entre os diferentes níveis de atenção, do financiamento adequado e da qualificação permanente dos profissionais de saúde, garantindo maior efetividade das ações desenvolvidas pelo SUS (Mocelin *et al.*, 2023).

2.2 Desafios da Atenção Primária à Saúde no Cuidado às Pessoas Vivendo com HIV

A Atenção Primária à Saúde (APS) constitui a principal porta de entrada do SUS e desempenha papel essencial na prevenção, identificação precoce e acompanhamento das pessoas vivendo com HIV. Por estar inserida no território, a APS favorece o desenvolvimento de ações educativas, aconselhamento, realização de testes rápidos, acompanhamento longitudinal e coordenação do cuidado em articulação com os demais serviços da Rede de Atenção à Saúde (Rodrigues *et al.*, 2026).

Entretanto, a efetivação dessas ações enfrenta obstáculos relacionados à insuficiência de recursos, à necessidade de capacitação contínua das equipes, à sobrecarga dos serviços e à dificuldade de integração entre a atenção primária e os serviços especializados. Essas limitações podem comprometer a qualidade da assistência e dificultar o acesso oportuno ao diagnóstico e ao tratamento (Oliveira *et al.*, 2025).

Outro desafio relevante refere-se ao estigma associado ao HIV, que ainda influencia negativamente a procura pelos serviços de saúde e a adesão ao tratamento. Dessa forma, o fortalecimento da Atenção Primária requer investimentos em educação permanente, humanização do atendimento, garantia do sigilo e ampliação das estratégias de prevenção combinada, contribuindo para uma assistência integral, equitativa e resolutiva às pessoas vivendo com HIV (Ferreira *et al.*, 2026).

3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, elaborada de acordo com o modelo metodológico proposto em seis etapas: (1) identificação do tema e elaboração da questão norteadora; (2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; (3) categorização dos

estudos e seleção das informações relevantes; (4) avaliação crítica dos estudos elegíveis; (5) interpretação dos achados; e (6) apresentação da revisão com síntese do conhecimento (Sousa *et al.*, 2018).

Essa metodologia foi selecionada por possibilitar uma análise ampla, sistemática e aprofundada das evidências científicas acerca das políticas públicas para o enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase nos desafios enfrentados pela Atenção Primária à Saúde (APS). A revisão permitiu identificar aspectos relacionados à prevenção, ao diagnóstico precoce, ao tratamento, à organização dos serviços de saúde e às estratégias adotadas para qualificar o cuidado às pessoas vivendo com HIV.

A formulação da questão norteadora baseou-se na estratégia PICO, indicada para revisões qualitativas, na qual P corresponde à população ou problema, I ao fenômeno de interesse e Co ao contexto (Araújo, 2020). A partir dessa estrutura, definiu-se a seguinte pergunta: *"Quais são os principais desafios da Atenção Primária à Saúde na implementação das políticas públicas para o enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde?"* Essa questão orientou todo o processo de busca, seleção e análise crítica das evidências, garantindo alinhamento metodológico e coerência com o objetivo do estudo.

A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados LILACS, MEDLINE (via Biblioteca Virtual em Saúde – BVS) e SciELO, selecionadas por sua relevância e abrangência na área da saúde. Para a investigação, utilizaram-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e os Medical Subject Headings (MeSH), combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Os descritores empregados foram: "HIV", "Atenção Primária à Saúde", "Sistema Único de Saúde" e "Políticas Públicas". Foram incluídos artigos publicados entre 2021 e 2026, disponíveis na íntegra, de acesso gratuito e nos idiomas português, inglês e espanhol.

Foram incluídos estudos que abordassem diretamente as políticas públicas relacionadas ao enfrentamento do HIV, os desafios da Atenção Primária à Saúde na prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento das pessoas vivendo com HIV, bem como aspectos relacionados à organização dos serviços, acesso à assistência, prevenção combinada e gestão do cuidado. Foram considerados artigos originais, revisões integrativas ou sistemáticas, estudos observacionais e pesquisas qualitativas que apresentassem evidências relevantes sobre a temática. Foram excluídos artigos duplicados, estudos sem acesso ao texto completo, publicações que não abordassem diretamente o tema proposto, além de literatura cinzenta, como teses, dissertações e anais de eventos científicos.

A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas, iniciando-se com a leitura dos títulos e resumos para verificação da relevância em relação ao tema, seguida da leitura completa dos

artigos potencialmente elegíveis para confirmação da adequação aos critérios de inclusão, garantindo maior rigor metodológico e confiabilidade na seleção das evidências científicas incluídas na revisão.

Das produções selecionadas, foram extraídas informações referentes aos autores, ano de publicação, país de origem, tipo de estudo, principais políticas públicas relacionadas ao HIV, desafios identificados na Atenção Primária à Saúde, estratégias de prevenção, diagnóstico e tratamento, além dos principais resultados apresentados. A análise dos dados foi conduzida de forma qualitativa e descritiva, permitindo identificar os aspectos mais recorrentes relacionados à organização e à efetividade das ações desenvolvidas pelo SUS no enfrentamento da infecção pelo HIV.

A avaliação crítica dos estudos considerou a clareza metodológica, a consistência dos resultados, a qualidade das evidências apresentadas e a aplicabilidade dos achados na gestão e na prática assistencial da Atenção Primária. Esse processo possibilitou identificar estudos com maior robustez científica e lacunas relacionadas à implementação das políticas públicas e à qualificação da assistência às pessoas vivendo com HIV.

Os achados foram organizados em quatro categorias temáticas principais: (1) políticas públicas e estratégias de prevenção do HIV no Sistema Único de Saúde; (2) atuação da Atenção Primária na prevenção, diagnóstico e acompanhamento das pessoas vivendo com HIV; (3) desafios relacionados ao acesso, ao estigma e à organização dos serviços de saúde; e (4) estratégias para o fortalecimento da Atenção Primária e da efetividade das políticas públicas de enfrentamento do HIV. Essa categorização permitiu uma análise comparativa das evidências e uma melhor compreensão dos fatores que influenciam a qualidade da assistência ofertada à população.

Dessa forma, esta revisão integrativa busca contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre as políticas públicas para o enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde e os desafios enfrentados pela Atenção Primária, fornecendo subsídios para profissionais de saúde, gestores e pesquisadores na elaboração de estratégias que fortaleçam a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento e a assistência integral às pessoas vivendo com HIV.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

A resposta brasileira ao HIV consolidou-se como uma das mais abrangentes entre os sistemas públicos de saúde, fundamentando-se na universalidade do acesso aos serviços e na

oferta gratuita de ações de prevenção, diagnóstico e tratamento. A incorporação de tecnologias diagnósticas, a disponibilização da terapia antirretroviral e a ampliação das estratégias preventivas contribuíram para modificar o perfil da infecção, reduzindo a morbimortalidade e aumentando a expectativa de vida das pessoas vivendo com HIV (Sciarotta *et al.*, 2021).

Nesse cenário, a Atenção Primária à Saúde assumiu papel estratégico ao aproximar as ações de prevenção e cuidado da comunidade. A expansão da oferta de testes rápidos nas Unidades Básicas de Saúde possibilitou o diagnóstico em fases mais precoces, favorecendo o início oportuno do tratamento e reduzindo a transmissão do vírus. Além disso, o acompanhamento longitudinal realizado pelas equipes fortalece o vínculo entre profissionais e usuários, aspecto essencial para a continuidade da assistência (Sciarotta *et al.*, 2021).

A prevenção combinada representa um dos principais avanços das políticas públicas brasileiras, uma vez que integra diferentes estratégias capazes de responder às necessidades de grupos populacionais distintos. A associação entre ações educativas, distribuição de preservativos, testagem regular, profilaxias pré e pós-exposição e tratamento antirretroviral amplia as possibilidades de prevenção, superando modelos centrados exclusivamente na mudança de comportamento individual (Kulba; Fróes, 2025).

Entretanto, a implementação dessas estratégias ocorre de forma desigual entre os municípios brasileiros. Diferenças relacionadas ao financiamento, à infraestrutura dos serviços e à disponibilidade de profissionais qualificados repercutem diretamente na qualidade da assistência ofertada. Em localidades com menor capacidade instalada, observa-se dificuldade para garantir o acesso contínuo aos exames, medicamentos e ações preventivas, comprometendo a efetividade das políticas públicas (Lage *et al.*, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de qualificação permanente das equipes da Atenção Primária. A constante atualização dos protocolos clínicos exige profissionais preparados para realizar o aconselhamento, interpretar exames, manejar situações clínicas iniciais e encaminhar adequadamente os usuários quando necessário. A educação permanente fortalece a segurança das equipes e contribui para a oferta de um cuidado baseado em evidências científicas (Werle *et al.*, 2021).

A integração entre a Atenção Primária e os serviços especializados constitui outro elemento determinante para a continuidade do cuidado. O compartilhamento de informações, a definição de fluxos assistenciais e a comunicação entre os diferentes níveis da Rede de Atenção à Saúde favorecem o acompanhamento dos usuários e evitam interrupções no tratamento. Quando essa articulação é fragilizada, aumentam as possibilidades de perda de seguimento e de descontinuidade da assistência (Costa *et al.*, 2023).

O estigma relacionado ao HIV permanece como um dos principais obstáculos para o sucesso das políticas públicas. O medo da discriminação ainda leva muitos indivíduos a adiarem a realização da testagem ou a evitarem o acompanhamento nas unidades de saúde próximas ao seu domicílio. Essa situação evidencia que o enfrentamento da epidemia não depende apenas da disponibilidade de serviços, mas também da construção de ambientes acolhedores e livres de preconceito (Pinho *et al.*, 2023).

Nesse contexto, o acolhimento humanizado desempenha papel fundamental na Atenção Primária. A escuta qualificada, o respeito à confidencialidade e o estabelecimento de vínculo entre profissionais e usuários favorecem a adesão às medidas preventivas e ao tratamento. Essas práticas também contribuem para reduzir barreiras relacionadas ao medo, à insegurança e à desinformação, fortalecendo a confiança da população nos serviços públicos de saúde (Silva; Amorim; Silva, 2025).

As ações de educação em saúde desenvolvidas pelas equipes multiprofissionais também apresentam impacto significativo na prevenção do HIV. Atividades educativas realizadas em escolas, comunidades e unidades de saúde promovem o compartilhamento de informações sobre formas de transmissão, prevenção combinada e importância do diagnóstico precoce. Essas iniciativas favorecem a adoção de comportamentos preventivos e ampliam o conhecimento da população sobre os serviços disponíveis no SUS (Silva; Amorim; Silva, 2025).

Outro ponto observado refere-se à necessidade de ampliar o acesso das populações em situação de maior vulnerabilidade às ações ofertadas pela Atenção Primária. Barreiras sociais, econômicas, culturais e geográficas ainda dificultam o acesso de determinados grupos aos serviços de saúde, tornando indispensável o desenvolvimento de estratégias específicas que respeitem as particularidades de cada território e promovam maior equidade na assistência (Virginio; Victor, 2025).

Em resposta a essas demandas, o Ministério da Saúde lançou, em 2025, a Agenda Nacional Prioritária para o Enfrentamento ao HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais, HTLV, Sífilis e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) em mulheres vulnerabilizadas, incluindo aquelas em situação de rua. O documento orienta gestores e profissionais de saúde na implementação de ações estratégicas voltadas à redução das desigualdades, ao fortalecimento da equidade de gênero e à ampliação do acesso aos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo sua implementação iniciada como projeto piloto no Distrito Federal (Brasil, 2025).

A elaboração dessa agenda representa o fortalecimento das políticas públicas brasileiras voltadas à saúde da mulher, ao incorporar uma abordagem baseada na interseccionalidade das vulnerabilidades e no reconhecimento dos determinantes sociais que influenciam o risco de infecção e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Além de reafirmar os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS, essa iniciativa estabelece diretrizes para intensificar as ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento, contribuindo para o alcance da meta de eliminação do HIV, da sífilis, da tuberculose e das hepatites virais como problemas de saúde pública até 2030 (Brasil, 2025).

Entre as estratégias previstas destaca-se o fortalecimento do Consultório na Rua (CnaR), modalidade de atenção que desempenha papel essencial na assistência à população em situação de rua. No Distrito Federal, o programa atua por meio de equipes multiprofissionais distribuídas em diferentes regiões administrativas, promovendo ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento em articulação com a Rede de Atenção à Saúde. Essa estratégia reduz barreiras relacionadas ao estigma, à discriminação e à exclusão social, favorecendo o acesso aos serviços, a continuidade do cuidado e a efetivação dos princípios de equidade e humanização preconizados pelo SUS (Distrito Federal, 2025).

Os resultados evidenciam que o fortalecimento das políticas públicas depende não apenas da ampliação da cobertura assistencial, mas também da melhoria da gestão, do financiamento e da organização dos serviços. Investimentos em infraestrutura, disponibilidade de insumos, informatização dos sistemas e qualificação profissional são fatores essenciais para aumentar a capacidade resolutiva da Atenção Primária e garantir maior efetividade das ações desenvolvidas (Pinho *et al.*, 2023).

De modo geral, observa-se que o SUS dispõe de políticas públicas consistentes para o enfrentamento do HIV, porém sua efetividade está diretamente relacionada à capacidade da Atenção Primária em desenvolver ações integrais, oportunas e humanizadas. O fortalecimento da coordenação do cuidado, da prevenção combinada, da educação em saúde e da articulação entre os diferentes níveis de atenção constitui elemento indispensável para reduzir as desigualdades de acesso, promover o diagnóstico precoce e assegurar uma assistência contínua e de qualidade às pessoas vivendo com HIV (Gleriano *et al.*, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu descrever as políticas públicas voltadas ao enfrentamento do HIV no Sistema Único de Saúde, evidenciando os avanços alcançados na ampliação do acesso

à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento, bem como o papel estratégico da Atenção Primária à Saúde na coordenação do cuidado. Entretanto, verificou-se que desafios relacionados ao estigma, às desigualdades no acesso aos serviços, à qualificação profissional e à organização da rede assistencial ainda limitam a efetividade dessas políticas.

Dessa forma, conclui-se que o fortalecimento da Atenção Primária, aliado ao investimento em educação permanente, integração entre os níveis de atenção e ampliação das estratégias de prevenção combinada, é fundamental para qualificar a assistência às pessoas vivendo com HIV. Além disso, o aprimoramento contínuo das políticas públicas poderá contribuir para a redução das desigualdades em saúde e para o enfrentamento mais efetivo da infecção no âmbito do SUS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. C. O. Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, p. 100-134, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52993>

BRASIL. Agenda Nacional Prioritária para o enfrentamento a HIV, Aids, tuberculose, hepatites virais, HTLV, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis em mulheres vulnerabilizadas. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2025. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes>

CAMPOS, Jefferson Rummenigge Nascimento *et al.* **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e37310212574-e37310212574, 2021. Políticas públicas para o enfrentamento do HIV/AIDS em países com sistema universal e gratuito de saúde: uma análise segundo a UNAIDS. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12574>

COSTA, Maria Izabel Sanches *et al.* Percepções dos profissionais de linha de frente da saúde sobre HIV e juventudes. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 142-156, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46nspe7/142-156/pt/>

DAMIÃO, Jorginete de Jesus *et al.* Cuidando de Pessoas Vivendo com HIV/Aids na Atenção Primária à Saúde: nova agenda de enfrentamento de vulnerabilidades?. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 163-174, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46n132/163-174/>

DISTRITO FEDERAL. Equipe de Saúde de Consultório na Rua. Brasília, 2025. Disponível em: <https://saude.df.gov.br/consultorio-na-rua>

FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3825-3834, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2022.v27n10/3825-3834/>

FERREIRA, Dion Lenon Filho *et al.* Atendimento e acolhimento à população lgbtqiapn+ na atenção primária: desafios e perspectivas. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 5, n. 3, p. 533-544, 2026. Disponível em:
<https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/983>

FREITAS, Brennda Eduarda Costa *et al.* Saúde primária e prevenção de dsts: como a atenção básica pode transformar a saúde sexual e reprodutiva. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 1, p. 794-804, 2025. Disponível em:
<https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/5009>

GLERIANO, Josué Souza *et al.* Contribuições da avaliação para a gestão do SUS no enfrentamento das hepatites virais. **Cuid. Enferm.**, v. 16, n. 2, p. 176-87, 2022. Disponível em:
<https://docs.fundacaopadrealbino.com.br/media/documentos/cc786d61253a0ff4c703f82badc7844e.pdf>

KULBA, Dino Cesar; FRÓES, Angelo Ribeiro. saúde no brasil: desafios para o fortalecimento do sistema único de saúde (SUS). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 12, p. 3519-3525, 2025. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23165>

LAGE, Leonardo Teixeira *et al.* Descentralização da testagem rápida para diagnóstico do HIV: implementação pela Atenção Primária em Rondonópolis-MT. **Revista Gestão & Saúde**, v. 16, p. e57309-e57309, 2025. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/57309>

MAIA, Nelson Afonso da *et al.* Populações em situação de vulnerabilidade e os desafios enfrentados na busca por atenção integral em saúde. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 16, n. 54, p. e10152-e10152, 2025. Disponível em:
<https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/10152>

MELO, Eduardo Alves *et al.* Cuidado de pessoas vivendo com HIV na atenção primária à saúde: reconfigurações na rede de atenção à saúde?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00344120, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n12/e00344120/pt/>

MELO, Kaio Genario Ferreira de *et al.* Efetividade das políticas públicas no combate à transmissão do HIV no Brasil. **ARACÊ**, v. 7, n. 12, p. e10905-e10905, 2025. Disponível em:
<https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/10905>

MOCELIN, Helaine Jacinta Salvador *et al.* Barreiras e facilitadores do enfrentamento de HIV/aids e sífilis por venezuelanas residentes no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 47, p. e3, 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/rpsp/2023.v47/e3/pt/>

OLIVEIRA, Ian Farias de *et al.* Atenção primária e a relação com a linha de cuidado do HIV na cidade de manaus: um relato de experiência dos alunos da disciplina de saúde coletiva II da universidade federal do Amazonas. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 18, n. 2, p. 1, 2025. Disponível em:
<https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A1%3A35188033/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Acrawler->

gcd&id=ebsco%3Aagcd%3A183637783&crl=c&jrnl=1981223X&link_origin=scholar.google.com

PINHO, Clarissa Mourão *et al.* Processo de implantação do atendimento às pessoas vivendo com HIV para a atenção primária à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 2178, p. 2091, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Clarissa-Pinho/publication/374378130_Processo_de_implantacao_do_atendimento_as_pessoas_vivendo_com_HIV_para_a_atencao_primaria_a_saude/links/65b2cbdd1e1ec12eff4dd3b7/Processo-de-implantacao-do-atendimento-as-pessoas-vivendo-com-HIV-para-a-atencao-primaria-a-saude.pdf

PINHO, Clarissa Mourão *et al.* Processo de implantação do atendimento às pessoas vivendo com HIV para a atenção primária à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 2178, p. 2091, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Clarissa-Pinho/publication/374378130_Processo_de_implantacao_do_atendimento_as_pessoas_vivendo_com_HIV_para_a_atencao_primaria_a_saude/links/65b2cbdd1e1ec12eff4dd3b7/Processo-de-implantacao-do-atendimento-as-pessoas-vivendo-com-HIV-para-a-atencao-primaria-a-saude.pdf

RIBEIRO, Lucas Toriyama; MARQUES, Maiara Bernardes. (Bio) políticas públicas a pessoas que vivem com HIV/Aids por uma ótica queer e desconstrucionista: desafios e iniquidades. **Saúde e Sociedade**, v. 33, p. e220885pt, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2024.v33n3/e220885pt/>

ROCHA, Fatima *et al.* A interface entre atenção primária e especializada em cenário de descentralização de cuidados em HIV/Aids. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 19-30, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2022.v46nspe7/19-30/pt/>

RODRIGUES, Ivana Silva *et al.* Integralidade no cuidado e os desafios de viver com hiv/aids: das fragilidades institucionais ao enfrentamento da infecção. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 3, p. 1-17, 2026. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24582>

SANTOS, Wenysson Noletto dos *et al.* Avanços, Desafios e Contribuições do Enfermeiro na Prep ao HIV na Atenção Primária à Saúde: Revisão Integrativa. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 17, n. 109, p. 20402-20421, 2026. Disponível em: <https://revistasau decoletiva.com.br/index.php/sau decoletiva/article/view/3910>

SCIAROTTA, Daniely *et al.* O “segredo” sobre o diagnóstico de HIV/Aids na Atenção Primária à Saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200878, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2021.v25/e200878/pt/>

SILVA, Andrice Souza da; AMORIM, Ana Claudia Dias; SILVA, Susana Maria Melo. Os desafios e estratégias de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis com ênfase no HIV no estado do Acre: uma revisão integrativa. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 8, n. 19, p. e082683-e082683, 2025. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2683>

STEFANELO, Ana Paula *et al.* Desafios na atenção básica à saúde no Brasil: enfoque na saúde pública. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 5065-5073, 2023. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1017>

SOUSA, L. M. M. *et al.* Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**, v. 1, n. 1, p. 45–55, 2018. Disponível em: https://scielo.pt/scielo.php?pid=S2184-30232018000100045&script=sci_arttext

VIRGINIO, Daniel; VICTER, Eline Das Flores. Políticas públicas em saúde no brasil: desafios, potencialidades e o papel da medicina de família e comunidade. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 11, p. e6116967-e6116967, 2025. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/6967>

WERLE, Josiel Elisandro *et al.* HIV/AIDS em região de tríplice fronteira: subsídios para reflexões sobre políticas públicas. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, p. e20200320, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/tNCDhYfxN4kWDzdCw8sZ3Hk/?lang=pt>